SistemaOCB

ANÁLISE ECONÔMICA

Edição 12 - Ano 5 | Dezembro de 2024

COP 29 - PANORAMA CLIMÁTICO E PRINCIPAIS AVANÇOS DA CONFERÊNCIA

Em meio a anúncios relevantes na 29ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP29), realizada em Baku, Azerbaijão, como a Meta Financeira de Baku e o avanço nas negociações sobre mercados de carbono, o evento também destacou a crescente relevância de atores como o Brasil e seu setor cooperativista na busca por soluções climáticas. Com o fortalecimento de compromissos financeiros e a apresentação de metas ambiciosas de redução de emissões, a COP29 reafirmou o papel da colaboração internacional para enfrentar os desafios impostos pelas mudanças climáticas, promovendo ações integradas que aliam justiça social e preservação ambiental. Nesse boletim, exploraremos um panorama do evento, da atuação do Brasil e das cooperativas nacionais como protagonistas em um modelo de desenvolvimento sustentável e inclusivo.

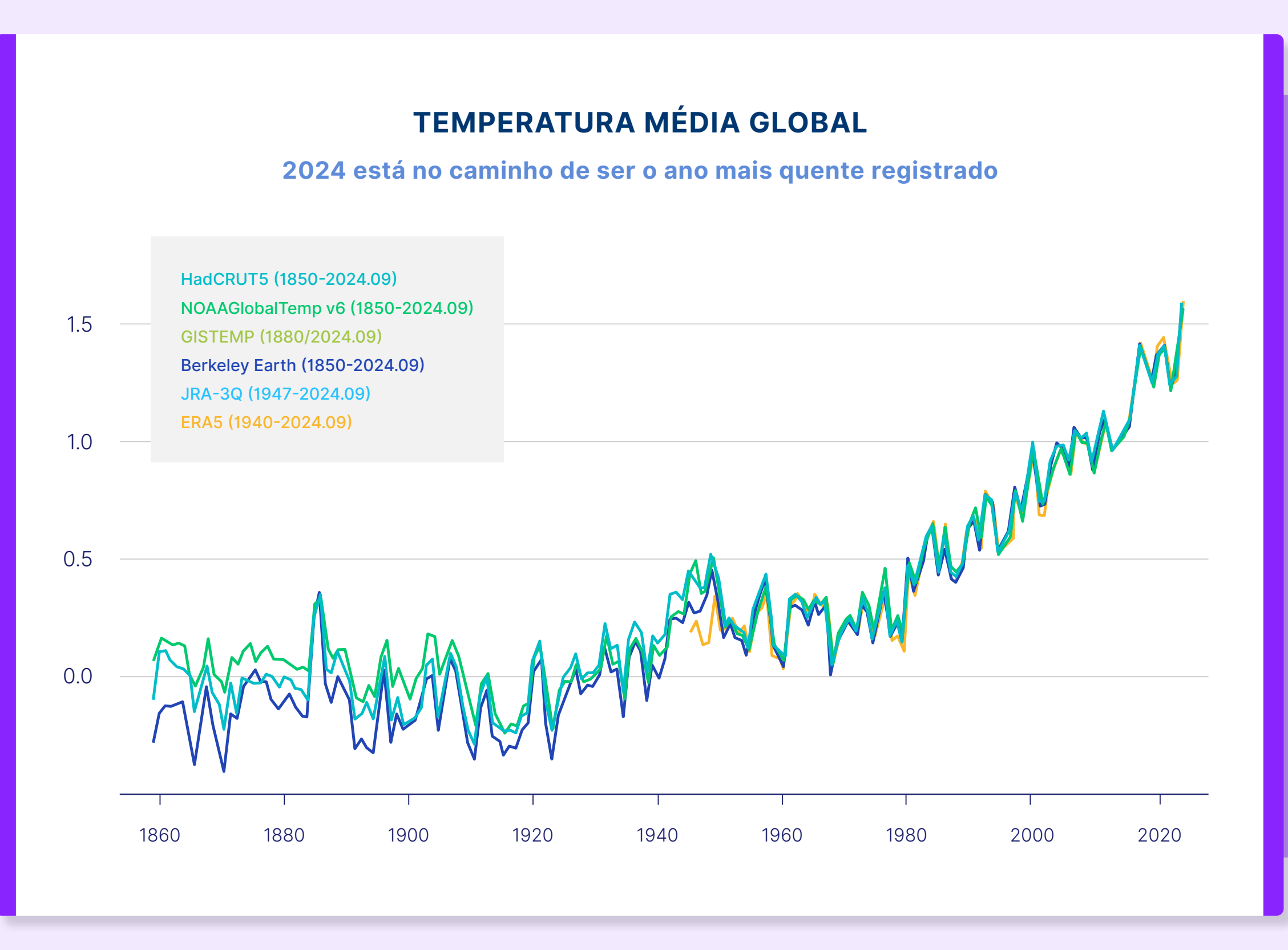
ESTADO DO CLIMA 2024: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

Desde 1993, a Organização Meteorológica Mundial (OMM) produz relatórios anuais sobre o Estado do Clima Global, oferecendo um resumo e atualização dos principais indicadores climáticos.

Em 2024, o relatório para a COP29 traz preocupações significativas. As concentrações de gases de efeito estufa continuam a aumentar, impulsionando o aumento das temperaturas a longo prazo e destacando as rápidas mudanças no sistema climático em uma única geração. O ano de 2024 está a caminho de ser o mais quente já registrado, juntando-se a 2023 como os dois anos mais quentes da história. O calor dos oceanos continuou a aumentar em 2023 e 2024, contribuindo para outras mudanças no sistema climático, como a elevação do nível do mar e o aumento de tempestades intensas. A extensão do gelo marinho na Antártida e no Ártico em 2024 esteve bem abaixo da média.

TEMPERATURA MÉDIA GLOBAL

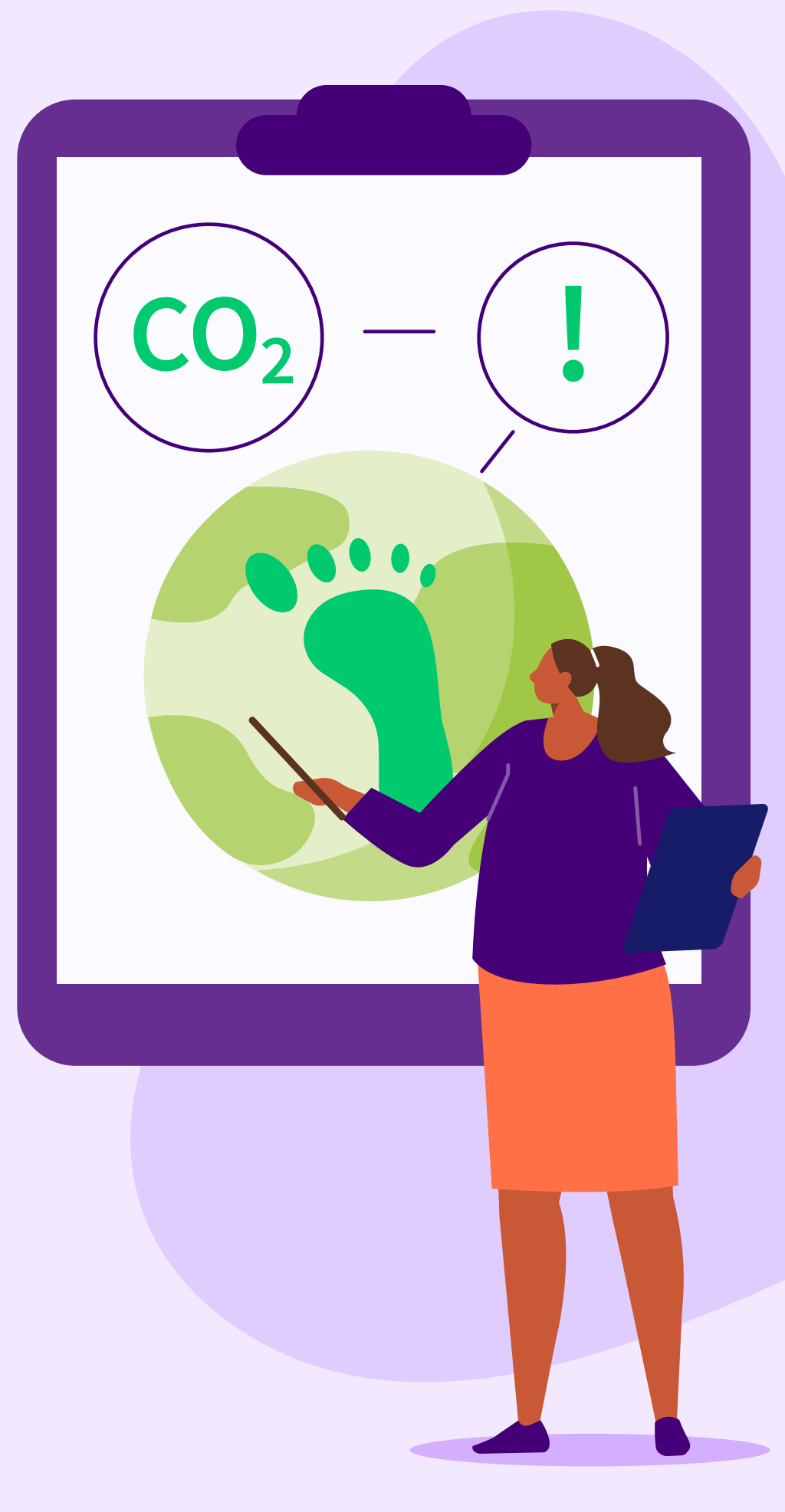
2024 está no caminho de ser o ano mais quente registrado



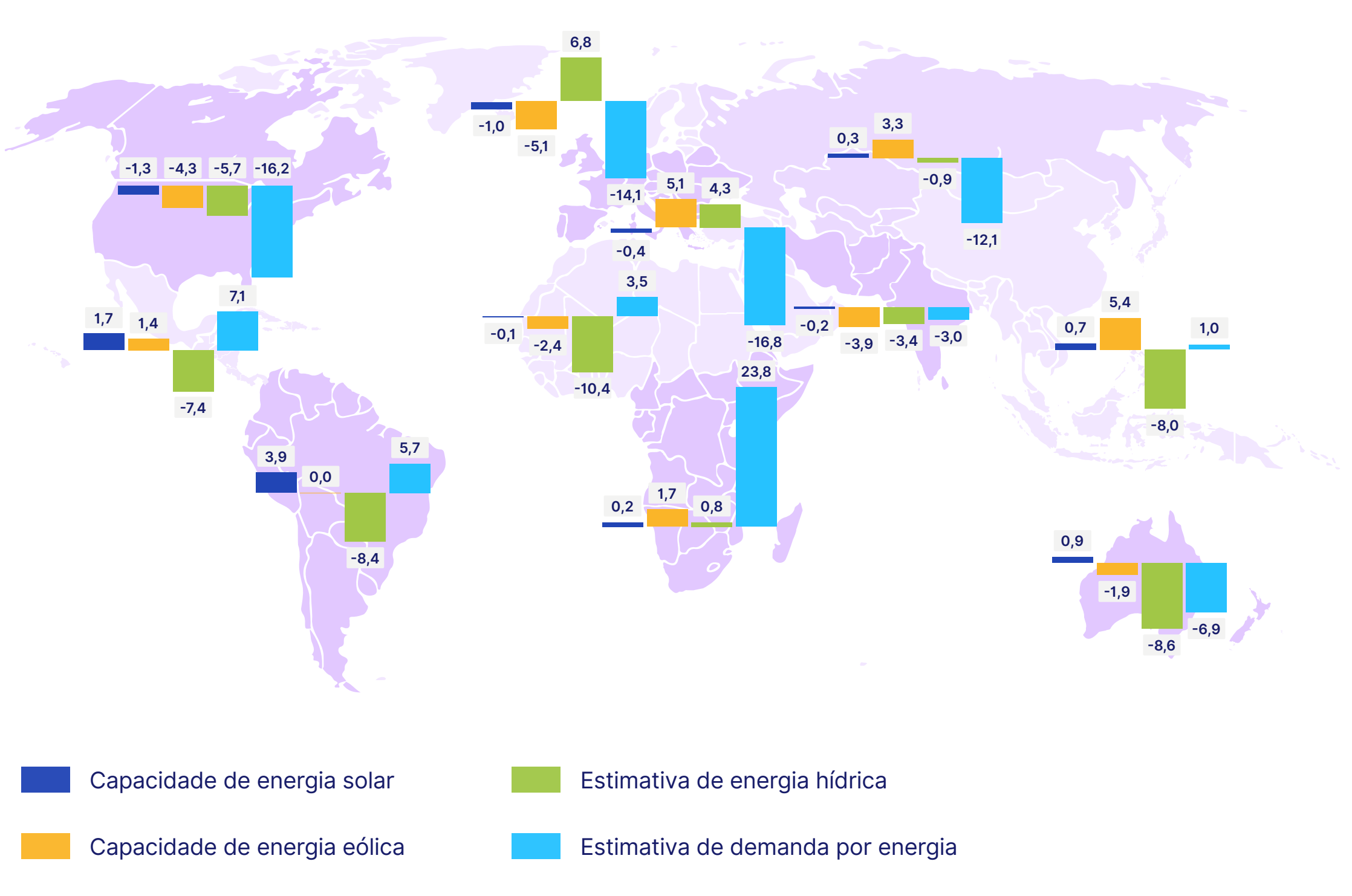
A temperatura média global da superfície do ar de janeiro a setembro de 2024 foi 1,54±0,13°C acima da média pré-industrial. Impulsionado pelo El Niño, 2024 está a caminho de ser o ano mais quente já registrado. O aquecimento a longo prazo, medido ao longo de décadas, ainda permanece abaixo de 1,5°C.

Os gases de efeito estufa atingiram níveis recordes em 2023, e os dados em tempo real indicam que continuaram a subir em 2024. Nesse mesmo ano, a extensão do gelo marinho na Antártida e no Ártico permaneceu significativamente abaixo da média, com a Antártida registrando o segundo menor nível já observado e uma aceleração na perda de massa glacial, especialmente notável na Suíça, onde as geleiras perderam cerca de 10% de seu volume restante em 2021/2022 e 2022/2023.

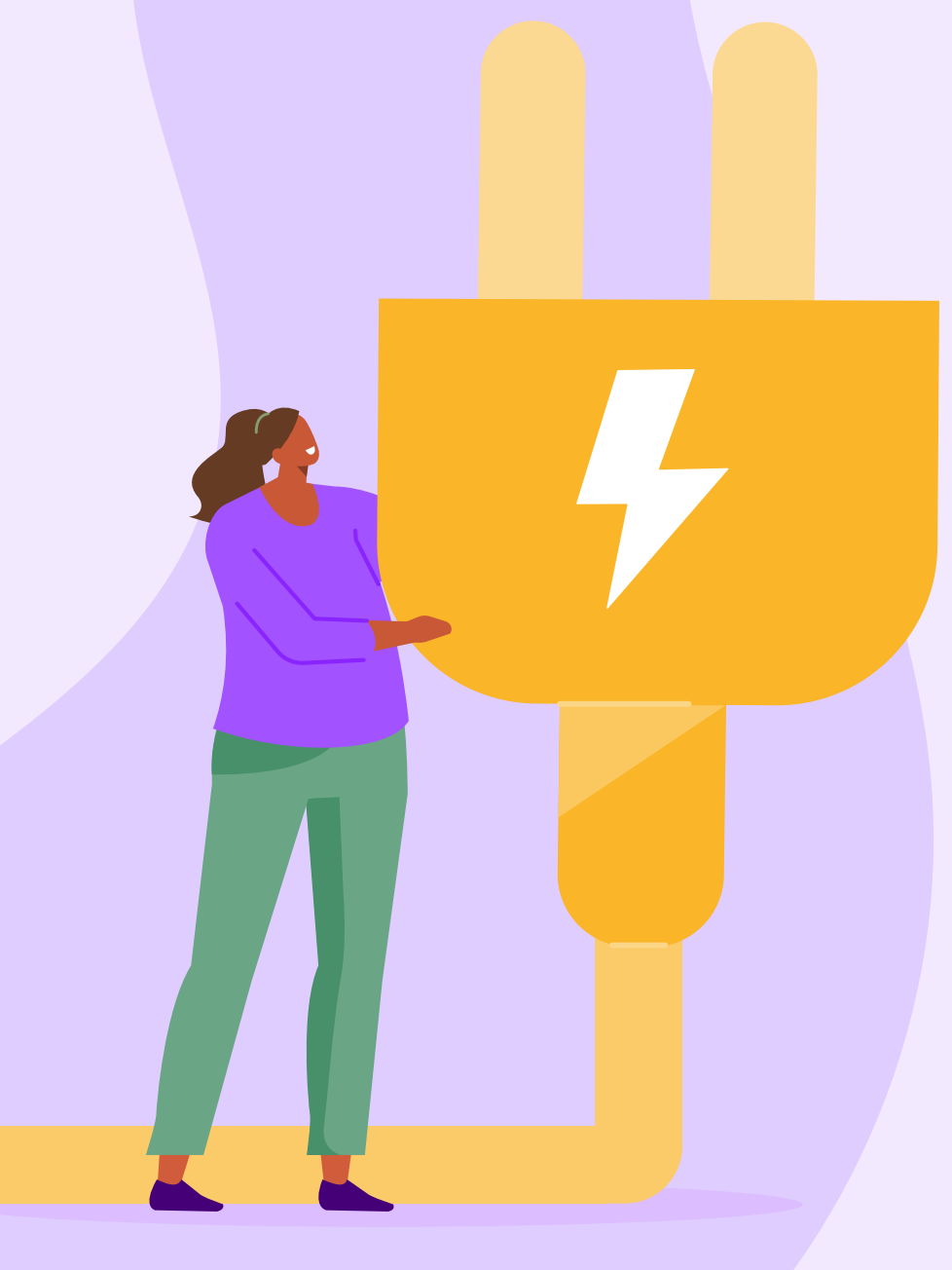
Apesar desses desafios, houve progresso na implementação de serviços climáticos, com um aumento de países adotando Estruturas Nacionais para Serviços Climáticos entre 2019 e 2024, refletindo a crescente necessidade de informações climáticas para a tomada de decisões diante dos impactos agravantes das mudanças climáticas.



GERAÇÃO E DEMANDA DE ENERGIA RENOVÁVEL EM 2023, % DE CRESCIMENTO DA BASE DE REFERÊNCIA MÉDIA ENTRE 1991-2020



Fonte: Estado do Clima Global 2024 (Organização Meteorológica Mundial), Global Carbon Budget 2024 (GCP), Relatório sobre Clima e Desenvolvimento para o País (Banco Mundial).



Um resultado significativo da COP28 foi a meta ambiciosa de triplicar a capacidade de energia renovável e dobrar a eficiência energética até 2030. Por exemplo, a América do Sul viu um aumento de 3,9% no fator de capacidade de energia solar fotovoltaica, provavelmente resultante de condições mais secas e quentes do que o normal impulsionadas pelo El Niño. Da mesma forma, no Leste Asiático, a energia eólica mostrou um aumento de 5,4% em 2023.

No estudo Global Carbon Budget 2024, do Global Carbon Project, pesquisadores alertam que se as emissões globais permanecerem nos níveis atuais, o orçamento de carbono restante para limitar o aquecimento a 1,5°C (com 50% de chance) será esgotado nos próximos seis anos. Orçamentos de carbono para limitar o aquecimento a 1,7°C e 2°C também seriam utilizados em 15 e 27 anos, respectivamente.

CONTEXTO BRASILEIRO

No Brasil, eventos climáticos extremos, como secas, enchentes repentinas e inundações fluviais, têm causado perdas estimadas em R$ 13 bilhões anuais, o que representa 0,1% do PIB de 2022. O Relatório sobre Clima e Desenvolvimento para o País (CCDR), do Banco Mundial, prevê que os choques climáticos possam empurrar entre 800 mil e 3 milhões de brasileiros para a pobreza extrema a partir de 2030. Apesar dos avanços nas últimas três décadas na redução da pobreza extrema, a desaceleração econômica de 2015-2016 reverteu parte desse progresso, com a taxa de pobreza extrema atingindo 5,8% em 2021. Fatores como a redução do rendimento agrícola, eventos climáticos extremos, flutuações nos preços dos alimentos, impactos na saúde e a diminuição da produtividade do trabalho devido ao calor são agravantes dessa situação. Dependendo do desenvolvimento econômico, a pobreza extrema pode aumentar em entre 0,4% e 1,3% da população até 2030.

O Brasil possui um perfil de emissões que oferece opções de baixo custo para reduzir as emissões totais, ao mesmo tempo em que melhora a resiliência aos riscos climáticos. O compromisso do governo de eliminar o desmatamento ilegal até 2028 e alcançar emissões líquidas zero até 2050 pode resultar em remoções significativas de CO2, além de preservar serviços ecossistêmicos essenciais para os setores agrícola, energético e urbano. Priorizar a contenção do desmatamento permitiria ao Brasil descarbonizar gradualmente outros setores e evitar o ponto de inflexão da Amazônia.

O país possui uma grande parcela de energia renovável e potencial para a produção de bens e serviços ecológicos, o que lhe confere uma vantagem competitiva no fornecimento de produtos necessários para a descarbonização, como minerais verdes, hidrogênio verde e produtos manufaturados ecológicos. Também é um país competitivo em produtos relacionados à cadeia de valor de turbinas eólicas e peças para motores e geradores elétricos, além de ter oportunidades para diversificar as cadeias de valor de energia solar. Essas características posicionam o Brasil como um ator importante na transição para uma economia de baixo carbono, oferecendo oportunidades para o desenvolvimento sustentável e a mitigação dos impactos climáticos.

PRINCIPAIS DESDOBRAMENTOS DA COP 29

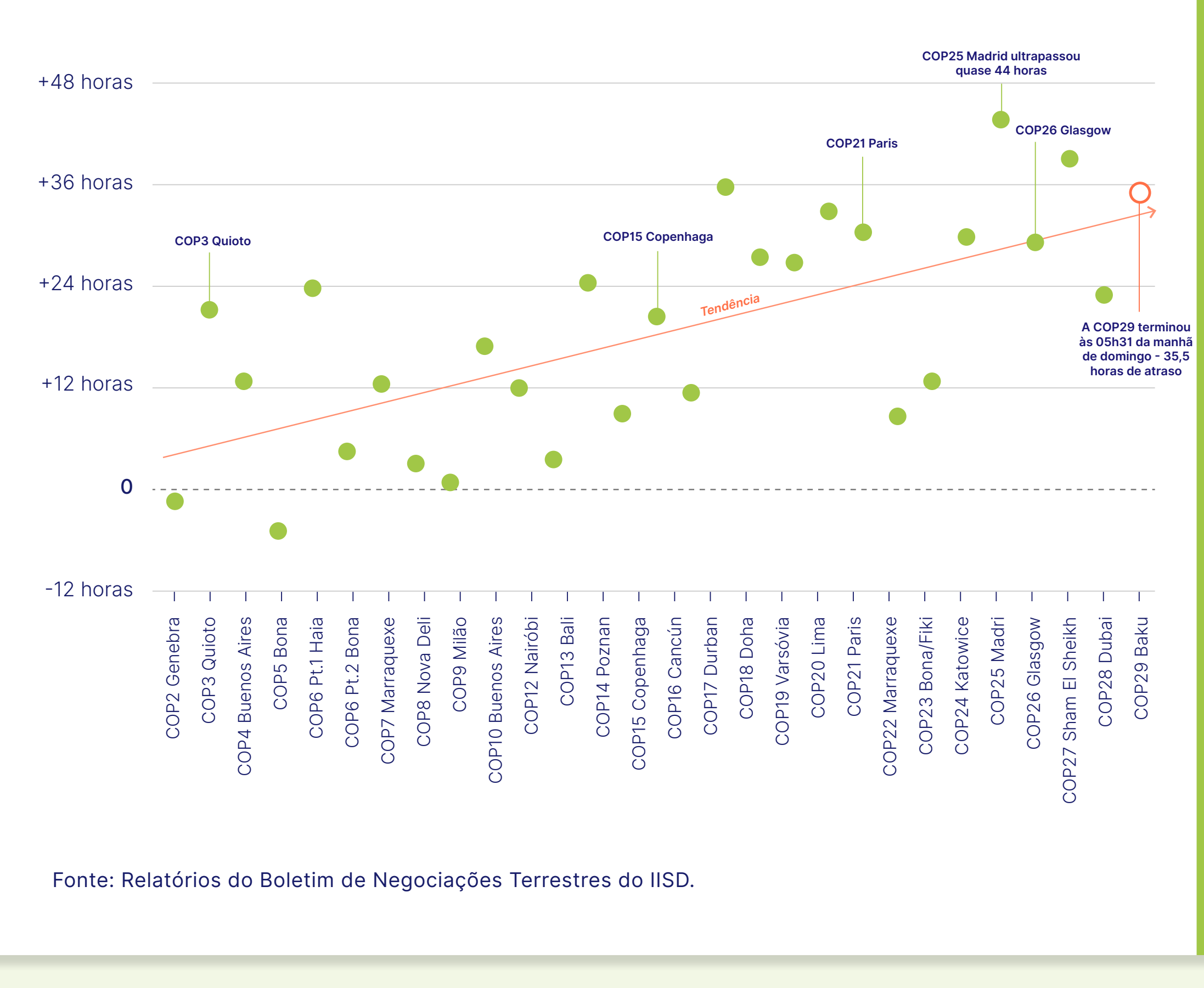
MAIORES DELEGAÇÕES COP29

	COUNTRY	Party	Overflow	Total
1	Azerbaijan	995	1,234	2,229
2	Brazil	984	930	1,914
3	Turkey	415	1,447	1,862
4	United Arab Emirates	495	516	1,011
5	China	190	779	969

A COP29 registrou 66.778 delegados presenciais, tornando-se a segunda maior conferência do clima da história, atrás apenas da COP28 em Dubai. O Azerbaijão lidera em número de delegados com 2.229 participantes, seguido pelo Brasil (1.914) e Turquia (1.862). Apesar de reunir um público expressivo, a conferência foi marcada pela ausência de diversos líderes globais e pela retirada da delegação de Papua Nova Guiné, em protesto contra a falta de apoio dos grandes emissores às nações mais vulneráveis. A COP29 também foi a quarta mais longa na história, durando 35 horas e meia a mais do que o planejado.

COP29 FOI A QUARTA MAIS LONGA JÁ REGISTRADA

Horas depois das 18h do dia da sessão de encerramento programada



Fonte: Relatórios do Boletim de Negociações Terrestres do IISD.

A META GLOBAL DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

A COP29 terminou com um acordo sobre o Novo Objetivo Coletivo de Financiamento Climático (NCQG): US$ 300 bilhões por ano até 2035, triplicando a meta anterior. O financiamento foi o ponto central da COP29, com a meta de US$ 300 bilhões sendo composta por fundos públicos e privados. Embora o valor seja considerado baixo por alguns países em desenvolvimento, o acordo reconhece a necessidade de mais recursos, buscando atingir US$ 1,3 trilhão em financiamento até 2035, incluindo outras fontes como o setor privado. A COP29 também abordou a qualidade e o acesso ao financiamento, buscando facilitar o acesso para países menos desenvolvidos e pequenos estados insulares.

O próximo ano será crucial para o cumprimento das metas de financiamento, com a COP30 em Belém sendo um momento chave para ampliar a meta de US$ 300 bilhões e alinhar os fluxos financeiros globais com o Acordo de Paris. Discussões sobre dívida em países de baixa e média renda também serão aprofundadas, buscando soluções para o financiamento climático.

ENERGIA VERDE NA COP29

No que diz respeito às energias limpas, a presidência da COP29 lançou três iniciativas focadas em energia. A primeira delas é a promessa global de armazenamento de energia e redes, que visa implantar 1.500 gigawatts (GW) de capacidade de armazenamento até 2030, um aumento significativo em relação à capacidade global de 2022.

A segunda iniciativa envolve a promoção de zonas e corredores de "energia verde" para conectar fontes de geração de energia renovável. Essa estratégia visa facilitar a transmissão de eletricidade de forma segura e econômica ao longo de grandes distâncias, um aspecto cada vez mais importante à medida que a energia renovável se torna mais prevalente. Um relatório recente destacou que, sem o fortalecimento das redes elétricas, as metas climáticas permanecerão fora de alcance.

A terceira iniciativa foi a declaração sobre hidrogênio, onde os países se comprometeram a aumentar a produção de hidrogênio renovável e de baixo carbono, além de acelerar a descarbonização da produção existente de hidrogênio a partir de combustíveis fósseis não tratados. O objetivo é aumentar a produção de hidrogênio "verde" de 1 milhão de toneladas por ano atualmente, reduzindo a produção de 96 milhões de toneladas que ainda é gerada a partir de combustíveis fósseis.

ACORDO SOBRE COMÉRCIO DE CARBONO

Após quase uma década de negociações, foi alcançado um acordo sobre regras gerais que orientarão o mercado global de carbono e a criação de créditos de carbono sob o Artigo 6 do Acordo de Paris.

A decisão permite que o mecanismo de mercado administrado pela ONU detalhe os tipos de projetos e atividades que podem gerar créditos de carbono, como restauração florestal e energias renováveis, visando reduzir o custo de implementação dos planos climáticos nacionais em US$ 250 bilhões ao ano e estimular a cooperação internacional. No Brasil, segue para sanção presidencial o PL 182/2024 , que regulamenta o mercado de créditos de carbono, dividindo-o em setores regulado e voluntário, e estabelecendo regras para projetos REDD+ que envolvem redução de emissões por desmatamento e degradação florestal.

A proposta garante o direito de proprietários legítimos, incluindo povos indígenas e comunidades tradicionais, de realizarem projetos de carbono em suas áreas, alinhando o país às regras adotadas pela UNFCCC. Organizações sujeitas à regulação deverão fornecer planos de monitoramento e relatórios de suas atividades ao órgão gestor, utilizando o CO_2 equivalente como medida padrão para comparar emissões de diferentes gases de efeito estufa.

AVANÇOS NO PROGRAMA DE TRABALHO DE MITIGAÇÃO (MWP)

O "Programa de Trabalho de Mitigação" (MWP), estabelecido na COP26 para aumentar urgentemente a ambição e implementação de ações de mitigação nesta década crítica, enfrentou progressos limitados desde então.

Durante a COP28 em Dubai e nas negociações em Bonn em junho de 2024, houve impasses significativos, principalmente sobre se o MWP deveria incluir mensagens políticas de alto nível, como a transição de combustíveis fósseis, nos resultados do estoque global. Países como China e Arábia Saudita se opuseram a essas inclusões, enquanto nações desenvolvidas as consideravam essenciais. Após intensas negociações na COP29, um rascunho do texto do MWP foi liberado sem referências ao estoque global ou combustíveis fósseis, gerando frustração entre os países do hemisfério norte.

O texto final foi adotado sem grandes mudanças, focando principalmente na continuidade dos diálogos e perdendo a oportunidade de enviar mensagens políticas de alto nível sobre a necessidade de atualizar e aumentar a ambição das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs). Observadores criticaram que a politização das negociações prejudicou os avanços positivos que poderiam ter sido realizados dentro do MWP.

REVISÃO DO OBJETIVO GLOBAL DE LONGO PRAZO

A COP29 deu início às discussões sobre a terceira "revisão periódica" do objetivo global de longo prazo do regime climático da ONU, que visa limitar o aquecimento a bem abaixo de 2°C e buscar esforços para alcançar 1,5°C. Este objetivo foi alterado na COP21 em Paris para incluir a meta de 1,5°C, em parte como resultado das conclusões da primeira revisão periódica. A segunda revisão, iniciada na COP25 em Madrid e concluída na COP27 em Sharm El-Sheikh, indicou que permanecer abaixo de 1,5°C ajudaria a evitar impactos climáticos cada vez mais severos. As conclusões da COP29 concordaram em iniciar a terceira revisão periódica e continuar as discussões na COP30 no próximo ano.

BRASIL NA COP E A NOVA NDC

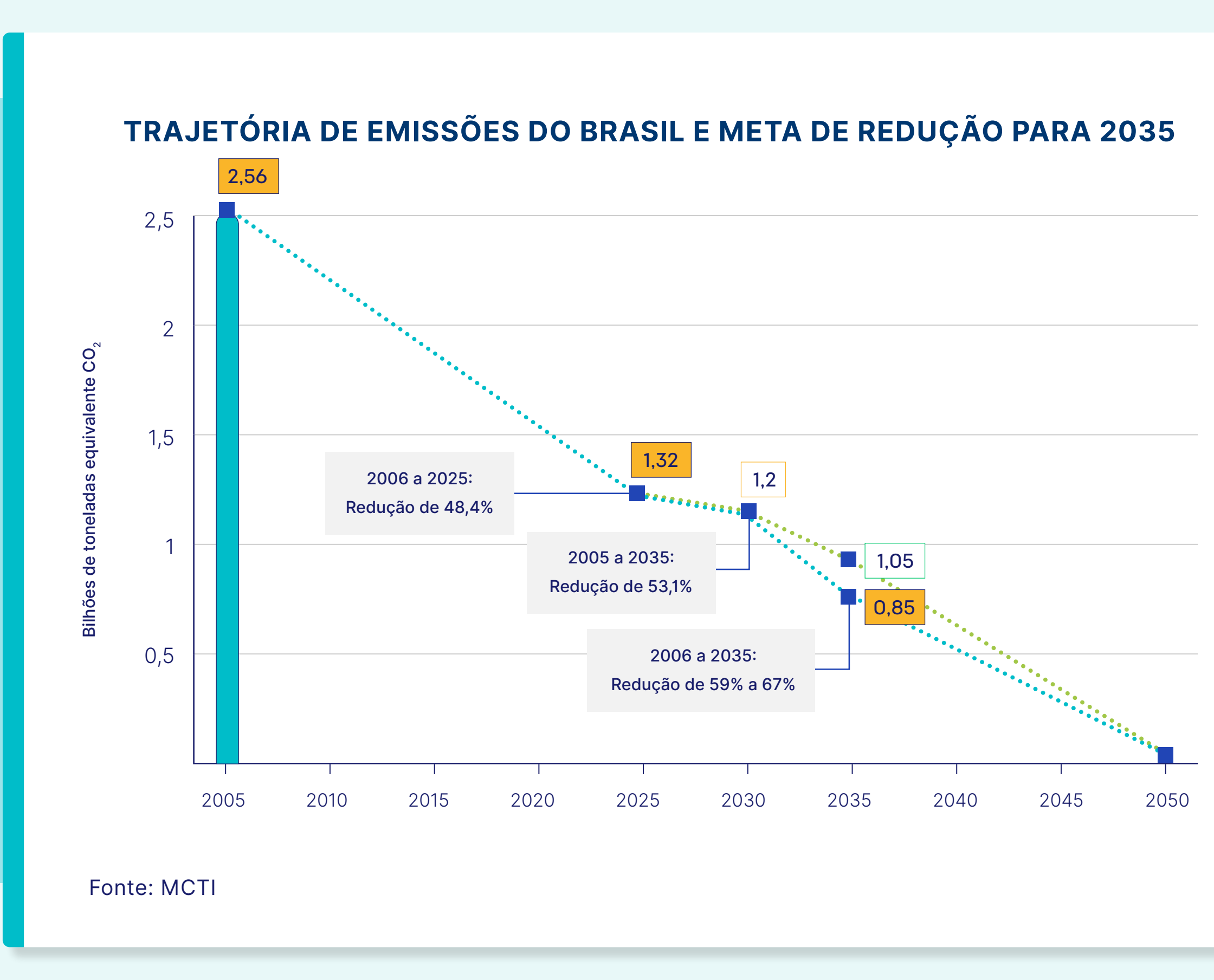
O novo compromisso climático do Brasil, apresentado na cúpula climática COP29 em Baku, estabelece uma meta ambiciosa de reduzir as emissões de gases de efeito estufa em até dois terços até 2035, em comparação com os níveis de 2005. Este compromisso coloca o Brasil entre os primeiros países a divulgar seu plano atualizado, conhecido como Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC), antes do prazo de fevereiro de 2025. As NDCs são atualizadas a cada cinco anos sob o Acordo de Paris, com os países delineando como pretendem reduzir as emissões de gases de efeito estufa como parte dos esforços globais para limitar o aquecimento. O Brasil sediará a COP30, em novembro de 2025, onde as NDCs de todo o mundo serão avaliadas.

O Brasil, sendo uma das maiores economias do mundo e um dos maiores emissores anuais e históricos, além de ser o país mais biodiverso do planeta, tem sua submissão observada com atenção. O país abriga dezenas de milhares de espécies animais e vegetais, com biomas importantes como a Amazônia e o Cerrado.

Para implementar a NDC, o Brasil também atualizará seu plano climático nacional, que incluirá estratégias nacionais de mitigação e adaptação. Estas serão divididas em 16 planos setoriais de adaptação e sete planos setoriais de mitigação, que devem ser finalizados em meados de 2025.

A NDC estabelece duas metas principais: uma meta “menos ambiciosa” de reduzir as emissões para 1,05 bilhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente (GtCO2e) até 2035; e uma meta mais ambiciosa, que significaria reduzir as emissões para 0,85 GtCO2e até 2035. Isso resultaria em uma redução de 59% ou 67% nas emissões, respectivamente, em comparação com os níveis de 2005. Um compromisso de 2016 do Brasil estabeleceu metas de redução de 37% até 2025 e 43% até 2030, correspondendo, respectivamente, a níveis de emissões de 1,3 GtCO2e e 1,2 GtCO2e.

TRAJETÓRIA DE EMISSÕES DO BRASIL E META DE REDUÇÃO PARA 2035



Fonte: MCTI

PONTOS-CHAVE DA NOVA NDC DO BRASIL

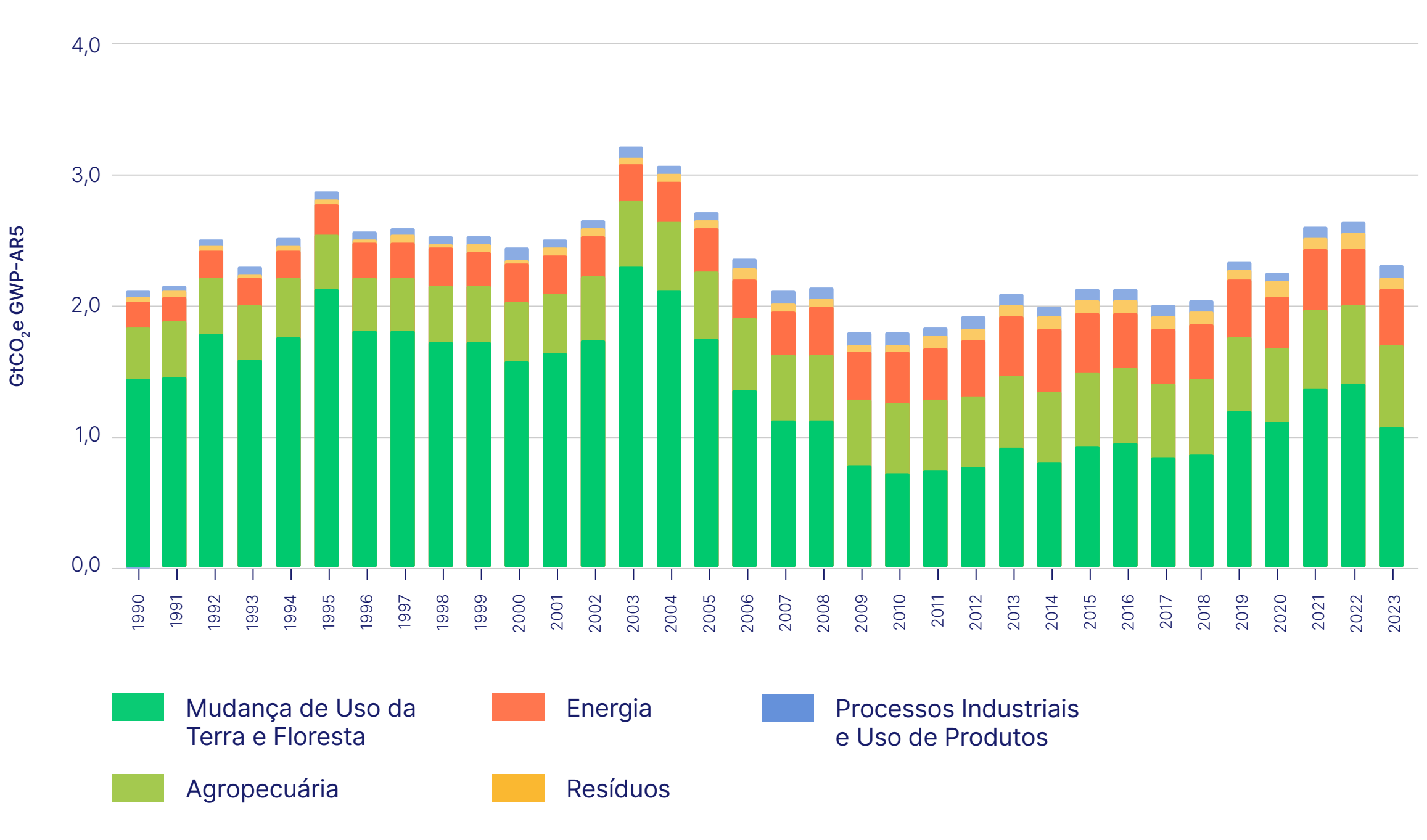
1. COMBATE AO DESMATAMENTO E RESTAURAÇÃO DE TERRAS DEGRADADAS:

Desde sua vitória eleitoral em 2022, o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, prometeu alcançar “desmatamento zero” no país até 2030. A restauração florestal será um “fator chave” na ação climática do Brasil, diz a nova NDC, “pois consiste na remoção baseada na natureza de gases de efeito estufa da atmosfera e, ao mesmo tempo, permite que a meta de neutralidade climática até 2050 seja alcançada”. As taxas de desmatamento na seção brasileira da Amazônia caíram quase um terço entre 2023 e 2024, segundo a NDC. O desmatamento também está diminuindo no Cerrado após aumentar nos últimos anos.

2. COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA:

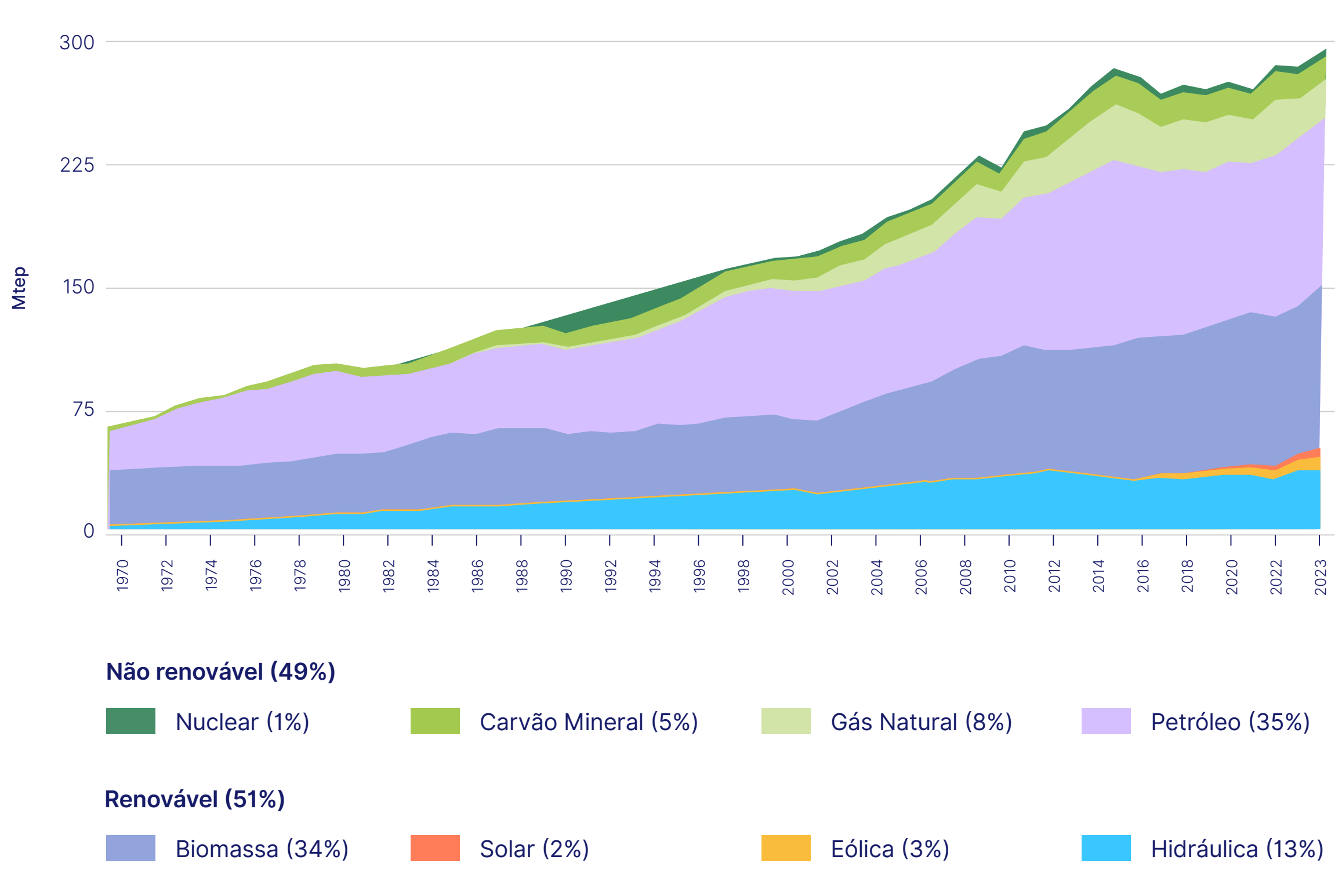
A análise das emissões de gases de efeito estufa no Brasil revela a complexidade dos desafios enfrentados pelo país em sua trajetória de descarbonização. Em 2023, as emissões brutas do país foram de 2,3 bilhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente, representando uma redução de 12% em relação a 2022. Essa queda foi impulsionada principalmente pela redução de 24% nas emissões por desmatamento na Amazônia. No entanto, outros biomas apresentaram aumentos expressivos nas emissões por desmatamento, destacando a necessidade de um esforço conjunto em todos os setores para que o Brasil possa cumprir suas metas climáticas.

EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA DO BRASIL DE 1990 A 2023 ($GtCO_2e$)



De acordo com a nova NDC do Brasil, as fontes de energia renovável – principalmente a hidrelétrica, mas com contribuições crescentes de energia eólica e solar – já compõem 89,1% da matriz elétrica do país e quase metade de sua matriz energética. Ainda assim, o documento afirma que o país buscará expandir a geração de eletricidade com uma participação aumentada de tecnologia e fontes limpas. Vários dos planos de mitigação setorial estão sob esse objetivo abrangente, incluindo um sobre energia (incluindo eletricidade, mineração e combustíveis), um sobre indústria e um sobre transporte.

CONSUMO ENERGÉTICO NO BRASIL POR COMBUSTÍVEL



Fonte: Balanço Energético Nacional 2024 - Ano-base 2023 (Ministério de Minas e Energia)

Em termos de indústria, o país reduzirá a intensidade das emissões substituindo progressivamente os combustíveis fósseis por biocombustíveis e eletrificação. A NDC também pede o desenvolvimento de tecnologias de captura e armazenamento de carbono (CCS) em certas indústrias. Da mesma forma, o plano de mitigação para o setor de transporte buscará substituir combustíveis fósseis por eletricidade e biocombustíveis, segundo a NDC. Também afirma que melhorias na infraestrutura contribuirão para uma redução imediata no consumo de combustível.

Algumas das 26 questões prioritárias da NDC se relacionam à criação de um quadro legal e regulatório para acelerar a transição para energia limpa, incluindo: Produção de energia eólica offshore. Produção de hidrogênio de baixo carbono. Produção de combustível de aviação sustentável. Captura e armazenamento de dióxido de carbono. Produção de combustíveis sintéticos e biocombustíveis.

Sobre a eliminação dos combustíveis fósseis, a NDC cita o acordo firmado na COP28, afirmando que o Brasil acolheria o lançamento de um trabalho internacional para a definição de cronogramas para a transição dos combustíveis fósseis nos sistemas energéticos, de maneira justa, ordenada e equitativa. Isso seria feito com os países em desenvolvimento liderando e refletindo responsabilidades comuns, mas diferenciadas.

3. EXPANSÃO SUSTENTÁVEL DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA:

O agronegócio representa quase metade das exportações do país, e responde por cerca de um quarto das emissões de gases de efeito estufa do Brasil a cada ano. O documento desenha a expansão da produção agrícola de forma sustentável, garantindo a segurança alimentar e energética por meio da produção sustentável de biocombustíveis e com baixas emissões de gases de efeito estufa. Para isso, o país contará com duas transformações fundamentais:

- **Converter novas áreas, principalmente de pastagens degradadas, para a produção agrícola, além de expandir “sistemas integrados” onde culturas, pecuária e árvores são cultivadas na mesma terra.**
- **“Ganhos de produtividade” na agricultura por meio desses métodos de cultivo integrados e um “aumento em sistemas de alta produtividade”.**

A NDC descreve ainda uma série de planos que o país tem ou colocará em prática para alcançar isso, como um plano de adaptação agrícola de 2021. Outras estratégias de mitigação e adaptação para a agricultura e pecuária estão entre os planos setoriais em desenvolvimento no Brasil, afirma a NDC.

4. FINANCIAMENTO DA TRANSIÇÃO, INCLUINDO MERCADOS DE CARBONO:

O documento apresenta um plano de transformação ecológica para o país, que contém uma variedade de mecanismos financeiros – tanto existentes quanto propostos – que podem ser usados para financiar a transição para uma economia de zero emissões líquidas. O Fundo Amazônia é um dos mecanismos financeiros mais conhecidos para apoiar esforços de redução de emissões por desmatamento e degradação, com mais de 100 projetos em seu portfólio. No ano passado, o fundo comprometeu R$1,3 bilhão para tais projetos.

Os títulos soberanos sustentáveis são outra fonte potencial de financiamento para mudanças ecológicas positivas. O governo se comprometeu a alocar os recursos líquidos para projetos com resultados ambientais positivos. A NDC observa que o Brasil emitiu US$2 bilhões em títulos soberanos sustentáveis em novembro de 2023 e novamente em junho de 2024.

Na COP28 em 2022, o Brasil propôs a criação de um novo mecanismo de financiamento, o Fundo Florestas Tropicais para Sempre. O TFFF “usa financiamento misto para gerar retornos financeiros” para pagar países por manterem suas florestas intactas, incluindo a alocação de uma porcentagem dos fundos arrecadados diretamente para os povos indígenas.

5. ADAPTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:

Medidas de adaptação – que visam melhorar a resiliência das populações, ecossistemas e espécies aos impactos das mudanças climáticas – têm destaque no novo compromisso climático do Brasil. O país revisará seu plano nacional de adaptação e incentivará a criação de planos locais de adaptação e planos setoriais (16 para adaptação e sete para mitigação) até meados de 2025.

A NDC também se compromete a integrar a adaptação em políticas e projetos vulneráveis às mudanças climáticas, promovendo a conscientização pública sobre as mudanças climáticas e a transparência e adotando abordagens de adaptação baseadas em ecossistemas.

Além disso, o Brasil expandirá o financiamento e melhorará os mecanismos de seguro para setores e práticas sustentáveis. Implantará um plano de investimento para impulsionar o desenvolvimento sustentável chamado Plano de Transformação Ecológica, que compreende vários instrumentos econômicos para incentivar investimentos sustentáveis.

Fonte: SEEG, Análise das emissões de gases de efeito estufa e suas implicações para as metas climáticas do Brasil (1970-2023)

Você sabia?

O Brasil está em busca de atrair recursos para promover uma transformação ecológica em sua economia. Para isso, apresentou uma proposta de taxonomia sustentável que servirá como referência para o sistema financeiro e corporativo do país. A taxonomia brasileira se diferencia por incluir aspectos sociais além dos ambientais, sendo denominada ‘sustentável’ em vez de ‘verde’. A ferramenta foi projetada para ser flexível e passível de ampliação ao longo dos anos, com sete objetivos climáticos e ambientais e quatro econômico-sociais.

O COOPERATIVISMO NA COP29

A participação do cooperativismo brasileiro na COP29 destacou a importância das cooperativas para uma economia mais sustentável e de baixo impacto ambiental. Representantes do Sistema OCB e cooperativas como Cooxupé e Coopercitrus participaram de painéis focados no combate às mudanças climáticas no setor agrícola e em finanças sustentáveis, demonstrando seu compromisso com a agenda global de sustentabilidade. Durante o evento, o Sistema OCB apresentou iniciativas de produção sustentável no setor agrícola, como o projeto Protocolo Gerações da Cooxupé, que visa a sustentabilidade econômica, social e ambiental. No painel ‘Cooperativismo e Finanças Sustentáveis’, foram apresentados casos de sucesso do Sicredi, Cresol Minas Gerais e Sicoob, destacando o papel das cooperativas de crédito no financiamento de iniciativas verdes.

O cooperativismo de crédito tem se destacado como um agente financiador de projetos sustentáveis, trabalhando com públicos vulneráveis e financiando projetos voltados à restauração de ecossistemas, produção agrícola sustentável, empreendedorismo feminino e inclusão de jovens e mulheres. A presença do cooperativismo de crédito brasileiro na COP29 reforçou o comprometimento do setor com as agendas globais de sustentabilidade e sua contribuição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

INFORMAÇÕES DO ANUÁRIOCOOP 2024 QUANTIFICAM INICIATIVAS SUSTENTÁVEIS NO COOPERATIVISMO BRASILEIRO

Somente em 2023, o Sistema OCB mapeou 471 iniciativas em Consumo e Produção Responsáveis (ODS 12), 536 em Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11) e 25 em Energia Limpa e Acessível (ODS 7). São 736 cooperativas com geração própria de energia, distribuídas em 3554 empreendimentos gerando 244,3 MW em potência instalada.

471 iniciativas em Consumo e Produção Responsáveis (ODS 12)

536 em Cidades e Comunicades Sustentáveis (ODS 11)

25 em Energia Limpa e Acessível (ODS 7)

3554 empreendimentos

736 cooperativas com geração propria de energia

gerando 244,3 MW em potência instalada

CAMINHO PARA A COP30

A próxima cúpula climática, COP30, ocorrerá em Belém, Brasil, de 10 a 21 de novembro de 2025. O Governo anunciou que investiu mais de 800 milhões de dólares na preparação da cidade para o evento.

Com os países devendo apresentar novas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) até fevereiro de 2025, a COP30 é considerada uma conferência de grande importância para aumentar a ambição de redução de emissões globalmente. Devido à sua proximidade com a floresta amazônica, a cúpula também é rotulada como uma ‘COP da natureza’.

A expectativa é que a COP30 não apenas aborde as metas de redução de emissões, mas também promova um entendimento mais profundo sobre a interconexão entre clima e biodiversidade. A inclusão de temas relacionados à natureza nas negociações climáticas pode levar a soluções mais integradas e eficazes, beneficiando tanto o meio ambiente quanto as comunidades que dependem dele. A cúpula em Belém, portanto, não é apenas um evento de grande importância política, mas também uma oportunidade para redefinir a forma como as questões climáticas e de biodiversidade são tratadas em nível global.

www.somoscooperativismo.coop.br

Em caso de dúvidas ou sugestões envie um e-mail para

nucleo@ocb.coop.br

Para visualizar edições anteriores, acesse o link:

https://materiais.somoscooperativismo.coop.br/analises-anteriores